

Capitalismo e sexualidade:

Controle, normatização ou novas possibilidades?

Helaine Pereira de Souza¹

Resumo: O texto que apresentamos é resultado de uma investigação exploratória sobre o que se refere a sexualidade na produção de Antonio Gramsci, bem como outras leituras que embasaram os estudos sobre Estado e hegemonia. A sexualidade feminina é alvo de constante intervenção, seja por discursos moralistas ou de caráter biológico. Antonio Gramsci apontava que a questão da sexualidade era premissa para o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, para manutenção da hegemonia pelas classes dominantes. Propomo-nos a investigar as considerações do teórico sobre o tema da sexualidade, analisando discursos de mulheres sobre a sexualidade versus capitalismo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na rede mundial de computadores, com o objetivo de mapear e localizar falar de coletivos de mulheres ou de mulheres que explicitassem as ligações entre o Sistema Capitalista e o exercício da sexualidade.

Palavras-chave: sexualidade; hegemonia; ideologia.

1. Introdução

O texto que apresentamos é resultado de uma investigação exploratória sobre o que se refere a sexualidade na produção de Antonio Gramsci, bem como outras leituras que embasaram os estudos sobre Estado e hegemonia. A sexualidade feminina é alvo de constante intervenção, seja por discursos moralistas ou de caráter biológico. Antonio Gramsci apontava que a questão da sexualidade era premissa para o desenvolvimento do capitalismo e, por tanto para manutenção da hegemonia pelas classes dominantes. Nos propomos a investigar as considerações do teórico sobre o tema da sexualidade, analisando discursos de mulheres sobre o sexualidade versus capitalismo.

Nesse sentido, buscamos compreender como a Hegemonia é reforçada no plano das relações cotidianas. Tomamos como prisma o exercício da sexualidade feminina. Para tanto, uma pesquisa foi realizada, na rede mundial de computadores, com

¹ Professora Substituta- FACED/UFBA; Tutora à distância UNEB/EAD
Professora da educação básica SEC/Ba
helaine.p.souza@hotmail.com



o objetivo de mapear e localizar falar de coletivos de mulheres ou de mulheres que explicitassem as ligações entre o Sistema Capitalista e o exercício da sexualidade. O primeiro passo foi “desnaturalizar” as questões sexuais.

2. Natureza ou Cultura?

Há um significativo debate, no campo das ciências humanas e sociais, acerca do que seria genuinamente dado da natureza e o que seria resultado das elaborações culturais que os diversos grupos humanos desenvolvem. Distantes de um consenso, a sexualidade, talvez, seja o momento no qual natureza e cultura se encontraria. Ainda assim, é válido afirmar que o conceito de cultura está ligado ao de natureza, uma vez que o primeiro é a maneira como respondemos as questões impostas pelo segundo.

O debate sobre a sexualidade ganhou corpo, também, nas ciências sociais, ainda sob o prisma do evolucionismo, mas ampliou a discussão do que antes era alvo apenas de intervenções médicas e moralizantes. Sob esse olhar, concentro-se nos estudos do que resultaria da sexualidade, como, as organizações familiares, nupcialidade, fecundidade. A priori, a Ciência se concentrava numa distinção nítida do que seria social e, na outra ponta, natural. O instinto, até certo momento necessário à seleção natural, agora deveria ser controlado, e sua representação máxima era o sexo.

Para Mead, haveria uma plasticidade humana, no que tange as construções diversidades, para além da anatomia, entre os sexos. Esta seria o resultado de condicionamentos sociais. Desnaturalizando, assim, as diferenças sexuais.

Almeida (2003), analisando as diferenças entre os sexos compreende que:

A separação conceitual entre sexo e gênero dá a entender que o segundo é a elaboração cultural do primeiro. A variação cultural (e histórica) dos papéis femininos e masculinos, bem como dos traços de personalidade-tipo tidos como normais para cada sexo em cada cultura trazia o determinismo cultural para o campo da sexualidade.

Portanto, gênero seria mais do que os processos naturais do sexo ou da reprodução, não seria reflexos do biológico, mas dos processos culturais e as relações sociais marcadas por diferenças e identidades. Em outras palavras, “elaboração de uma diferença biológica” (ALMEIDA, 2003, p. 15). Não estamos diante de uma nova classe, tão pouco, inauguramos grupos sociais, este é um tema que cruza categorias, sem negar aspectos naturais e/ou culturais.

Sem que se pretenda banalizar as “construções sociais”, acreditamos na necessidade de não universalizar aspectos da vida humana, se a sexualidade pode ser entendida com um dado natural, a maneira como esta é exercida situa-se no tempo e no espaço, é resultado de tradições culturais. Portanto, se a cultura modela o exercício da sexualidade é possível compreender que este passa por construções.

Ainda que a produção de Gramsci esteja no campo da teoria política, advoga-se que as questões culturais perpassam a formação humana, e há uma luta cultural. Muito embora, os homens e as mulheres têm a possibilidade de intervir nessas estruturas e lutar pelos seus próprios projetos, ou seja, não existiria um determinismo, ou mesmo um fatalismo, uma vez que o homem e a mulher seriam “espírito, isto é, criação histórica e não natural” (VIEIRA, p. 57, 1999). O teórico italiano compreende que a “a ‘natureza’ do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida” (GRAMSCI, 2001, p. 51).

Desse modo, ao analisar as obras de Gramsci, Vieira compreende cultura por dois véis. “De um lado, a cultura significa o modo de viver, de pensar e de sentir a realidade por parte de uma civilização e, em segundo lugar, é concebida como projeto de formação do indivíduo, como ideal educativo a ser transmitido para as novas gerações” (VIEIRA, p. 61, 1999). Se a cultura é construída no coletivo, e não tem sentido individual e o exercício da sexualidade encontra-se no plano da cultura, esta pode sofrer interferências e atender interesses específicos.

3. Normatização da sexualidade

Nenhum sistema de poder moderno pode dispensar a sexualidade. Deste modo, não seria a proposta do capitalismo privar a sexualidade, mas sendo de outro modo, não poderia desenvolver-se (RIBEIRO, 1999, p. 359).

É na análise sobre o Americanismo que Antonio Gramsci se ocupa da questão sexual, porque entende que na era Fordista foram implantadas estratégias regulamentadora do comportamento sexual e da sexualidade, fomentando a consolidação de “hábitos sexuais civilizados” por um processo psico-físico de adaptação a condições de trabalho específicas. Nesse contexto, a formação de tais hábitos sexuais foi um componente necessário para sustentar as técnicas de produção em massa do Fordismo, requerendo certa mecanização da sexualidade e sua exclusão aparente da esfera das organizações (Gramsci, apud RESENDE, 2002, p. 57).

Domar os “instintos do homem” é pressuposto para o novo industrialismo, e sob a aparência do puritanismo, uma rígida disciplina foi imposta a fim de regulamentar as relações sociais e fortalecer a família monogâmica (PFEIFER, 2008). Nesse contexto, alguns aspectos merecem considerações: 1) O não desperdício de energias pelos trabalhadores com atividades sexuais; 2) O papel econômico da reprodução; 3) As perversões atribuídas à sexualidade, ligadas ao apelo da natureza.

Para Gramsci, a regulamentação da sexualidade seria alicerçada nas construções do que denominamos gênero, a sexualidade virou um esporte e a mulher é um tipo de brinquedo de lazer; e as determinações de classe sobre o gênero feminino, destacando que o homem-industrial continua a trabalhar, mesmo se milionário, mas sua mulher e suas filhas tornam-se cada vez mais ‘mamíferos de luxo’.

Ainda que enderece críticas à pressão coercitiva que a sexualidade sofre, não nega a necessidade de controle, ao contrário, o autor seria a favor da regulamentação da sexualidade pelas classes subalternas, a partir da construção de uma nova hegemonia uma “outra ética sexual”. E esta deveria estar em consonância com os processos de trabalho e preocupadas com a transformação social.

No esquema de Gramsci, o Estado assume seu caráter de classe e é responsável pela manutenção da hegemonia. O campo ideológico é premissa para que a classe dominante/dirigente mantenha a hegemonia. Esta só existe se somada direção e dominação. E para que esse projeto se efetive carece construção de consenso, que deve ser o elemento predominante, ao passo que se a força toma lugar, se deflagrar uma situação de crise, é necessário que se comungue da ideologia da classe hegemônica, entendido com um sistema consciente de crenças e idéias. (WILLIAMS, 1999), marcado pela dominação de uma classe sobre outra, de um sexo sobre o outro, de uma cultura sobre a outra. (CAVALCANTI, 2005)

Almeida (2009), analisando a produção de Antonio Gramsci compreende que, “A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e de convencimento político e ideológico.

Este domínio não ocorria sem que houvesse divergências. “A hegemonia sempre terá um certo grau de instabilidade, pois pressupõe a existência de forças contrárias, que

de algum modo resistem a esta hegemonia, apresentando ou podendo propor projetos alternativos parciais ou globais” (ALMEIDA, 2009).

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode ser nunca singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre resistência continuada, limitada, alterada desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes na prática (WILLIAMS, 1979, p. 115-16).

Desta maneira, a hegemonia se manifesta não apenas na “‘manipulação’ ou ‘doutrinação’”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentimentos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo” (WILLIAMS, 1979, p. 113).

A relação dialética ente a hegemonia e de hegemonias alternativas, possibilita no campo cultural e ideológico que a cultura dominante seja ao menos tempo capaz de limitar e produzir formas de contra-cultura (WILLIAMS, 1979, p. 117).

4. Entre a dominação e a subversão: possibilidades contra-hegemônicas

De certo, há uma veiculação de papéis e comportamentos “aceitáveis” as mulheres, que emerge da religião, da família, da escola. No entanto, é reducionista afirmar que essa socialização é de total eficácia e as mulheres sempre se comportam do modo esperado, sem que se questionem os papéis sexuais.

Para Anyon (1990, p. 16), não se trata nem de simples acomodação, tão pouco de simples resistência. A autora afirma que há “acomodação na resistência e resistência na acomodação”. Essa relação dialética pode ilustrar que “uma ação, em uma instância, pode ser expressão de resistência e, num outro contexto ou situação, expressar acomodação”.

As condições de classe é um diferencial na ideologia do comportamento feminino, demonstrando os reflexos da hegemonia de classe. Engels (2009) conclui que o antagonismo de gênero, foi o primeiro antagonismo de classe da história, vendo a única possibilidade de emancipação feminina, quando as mulheres se equipararem aos homens, se ocuparem do trabalho social e o doméstico se torne insignificante.

Para Gramsci, a “nova personalidade feminina” não estaria apenas no campo laboral, mas numa visão de si.

A mais importante questão ético-civil ligada à questão sexual é a da formação de uma nova personalidade feminina: enquanto a mulher não tiver alcançado não apenas uma real independência em face do homem, mas também um novo modo de conceber a si mesma e a seu papel nas relações sexuais, a questão sexual continuará repleta de aspectos mórbidos e será preciso ter cautela em qualquer inovação legislativa. (GRAMSCI, 2001, p.251).

Sob essa perspectiva nos ocuparemos de analisar documentos produzidos por coletivos/organizações/movimentos de mulheres que ilustram a relação entre sexualidade e capitalismo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em páginas da internet, com essa palavras-chave, como critério de inclusão os documentos analisados precisam ser assinados/identificados por grupos de mulheres, que se intitulados como feministas ou não.

4.1. Católicas pelo Direito de Decidir

É uma entidade que se auto-intitula feminista e inter-religiosa, instala-se no Brasil em 2003 e desde então promove ações pelos direitos e cidadania da mulher, igualdade de gênero, colocando em debate temas como a legalização do aborto e a lesbofobia.

As Católicas pelo direito de decidir ao se auto-declararem como anti-capitalista, afirmam que esse sistema corrobora a opressão do feminino, a medida em que impõe modelos de sexualidade e usos do corpo, sem que as mulheres tenham possibilidade de agir de maneira autônoma. O documento que segue foi produzido para as comemorações do Dia Internacional da Mulher do ano de 2008.

Nós, mulheres feministas anticapitalistas, estamos permanentemente em luta, pois acreditamos que a força de nossa mobilização pode construir um mundo livre de exploração, opressão e discriminação. Estamos nas ruas levantando nossas bandeiras contra o capitalismo, o imperialismo, o neoliberalismo, o machismo, o racismo, a lesbofobia e todas as formas de fundamentalismo.

Estas ideologias fazem mal à sociedade em geral e tentam dirigir nossa vida, corpo e sexualidade, impondo a todas nós um modelo que oprime, desqualifica e violenta nosso cotidiano e nossas vidas. Queremos construir um mundo onde o fato de ser mulher, negra, indígena, lésbica, jovem, idosa ou com deficiência seja apenas um elemento da diversidade e corresponda ao direito à diferença, e não motivo para preconceito ou desigualdade. (MULHERES FEMINISTAS ANTICAPITALISTAS EM LUTA POR: IGUALDADE, AUTONOMIA E SOBERANIA POPULAR, 2008. Disponível em <<http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=147>>)

As concepções explicitam o que Gramsci já afirmava no início do século XX, a impossibilidade de libertação das mulheres dentro do capitalismo. Para que haja igualdade de gênero é preciso a superação do capitalismo, uma vez é premissa desse

sistema as desigualdades não apenas de classe, mas entre os sexos. No entanto, acreditamos que a discussão merece ser ampliada. A superação do capitalismo por si dizime as formas de antagonismo?

Ao reivindicarem o direito de escolha, essas mulheres vão de encontro a dogmas da Igreja Católica. Antonio Gramsci já afirmava que o casamento objetiva “torna a cópula ‘moral’ através do consentimento mútuo dos cônjuges” ainda assim esse argumento não teria sustentabilidade, uma vez que essa Igreja não reconhece homens e mulheres de maneira igualitária (GRAMSCI, 2001, p. 175).

4.2. Mulheres rebeldes

“Mulheres rebeldes” é uma página na internet (blog) que se define como um espaço de manifestações em prol de uma revolução cotidiana. Acreditam que a dominação da mulher tem raízes plantadas no patriarcado, que veste o capitalismo “como uma luva em plena estação de inverno”.

Para esse coletivo, o casamento heterossexual seria a expressão máxima dos antagonismos de gênero. Onde o trabalho remunerado não eximiria a mulher do trabalho doméstico não contabilizado ou remunerado.

Parece uma consequência lógica, uma equação matemática que as relações familiares, como microcosmos da organização econômica, tenham convergido para o formato do casal heterossexual e monogâmico, com um papel fundamental na manutenção da ideologia capitalista.

Dessa forma, do ponto de vista econômico, **entende-se por capitalismo** uma relação de domínio da burguesia sobre o proletariado. E **entende-se por família hetero-monogâmica**, uma relação entre o homem e a mulher, onde é ele quem trabalha fora de casa, e é ela quem faz as tarefas do lar, sem horário determinado. Atualmente, grande parte das mulheres também trabalham fora de casa, mas essa atividade, não as exime de suas tarefas domésticas, pelo contrário, duplica a jornada laboral. (grifo original) (Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2010/05/capitalismo-e-sexualidades.html>>

4.3. Marcha Mundial de las Mujeres

Não é raro que as mulheres compreendam que a situação de igualdade em que vivem esta ligada ao Capitalismo. Esse sistema caracterizado pelo acúmulo de capital, e diretamente ligado a idéia de consumo, equiparia as mulheres a objetos de consumo.

A “Marcha Mundial das Mulheres”, um movimento de caráter mundial, que assume como bandeira eliminar as causas de pobreza e violência contra mulher, se

opondo as discriminações e desigualdades que as mulheres sofrem, assim entende esta questão:

Na base da violência contra as mulheres está um sistema patriarcal e o capitalismo que impõem uma necessidade de controle, apropriação e exploração do corpo, da vida e da sexualidade das mulheres. O patriarcado funciona através de dois princípios: a noção de que as mulheres são propriedade dos homens (e, por isso, as mulheres estariam a serviço dos homens e não poderiam dizer não nunca) e a divisão das mulheres em duas categorias: "santas" e "putas". Como parte desse sistema, a violência é a punição para aquelas que não se enquadram no papel da "santa" boa mãe e esposa. Por exemplo, é comum que os homens justifiquem que agrediram verbal e fisicamente suas esposas porque a comida não estava pronta ou porque a roupa que queriam vestir não estava lavada. Também é um castigo para as que são consideradas "putas" e os agressores e a sociedade justificam a agressão dizendo que a mulher estava caminhando sozinha durante a noite, ou porque são lésbicas e devem ser ensinadas a ser heterossexuais, ou porque a roupa que a mulher usava não era decente (Violência contra a mulher: Parte inerente do sistema patriarcal e capitalista .Tradução: ADITAL. Disponível em <http://www.lsr-cit.org/index.php?option=com_content&view=article&id=120:glbtt-na-luta-pelo-direito-a-diversidade&catid=39:lgbtt&Itemid=58>).

Não distante “o ideal ‘estético’ da mulher oscila entre a concepção de ‘reprodutora’ e de ‘brinquedo’” (GRAMSCI, 2001, p. 250). E há de se distinguir, claramente as mulheres “para diversão” das “para procriação”.

4.4. Liga Estratégica Revolucionária

A ideia do corpo feminino é recorrente nas críticas que diversos grupos fazem ao capitalismo. A Liga Estratégica Revolucionária afirma que “no capitalismo, não somente se ‘vende’ a ideia de um corpo feminino ideal e de que somos objetos... Vendem os corpos femininos”. Acreditam que como forma de superação os currículos universitários deveriam contar com disciplinas de vieses marxistas.

Apresentamos propostas como a defesa do marxismo em nosso currículo, por entendermos que o marxismo não só é a melhor teoria para explicar a sociedade de classes, como é a única que nos dá ferramentas para intervirmos nela aliando-se aos trabalhadores para buscar a superação deste sistema de opressão e exploração. E também a importância de lutarmos pela inclusão de disciplinas (obrigatórias) que tratem da questão da mulher com um viés marxista, por entendermos que esse tipo de opressão é muito útil ao capitalismo, para que possamos compreender que um dos passos mais importantes para a superação da opressão às mulheres passa pela superação do sistema capitalista. (Corpos femininos, mais uma mercadoria no capitalismo, 2009. Disponível em: <<http://www.ler-qi.org/spip.php?article1900>>)

4.5. Leilão de Virgens

Durante a busca nos diversos sítios na Internet, uma “nova” prática chamou atenção. Jovens se expõem nas redes (fotografia, nome, idade) e divulgam leilões, nos quais suas virgindades serão leiloadas. Como todo arremate, um valor inicial é estabelecido, e quem comparece no dia e local agendado terá a oportunidade de dar seus lances.

Uma jovem norte-americana, de 22 anos, oferece sua virgindade por um milhão de dólares, como forma de custear seus estudos, a justificativa pauta-se no sistema capitalista “Estou pronta para controvérsia, sei o que virá por aí. Estou pronta para isso. Vivemos numa sociedade capitalista. Por que eu não posso ganhar com a minha virgindade?”

Longe de negar a teoria ou os movimentos de mulheres, discursos como este ilustram a idéia de que “tudo pode ser comprado”. E que o capitalismo aprisiona e transforma tudo e todos em mercadoria, e nessa dinâmica as mulheres são as mais atingidas.

5. Considerações finais

Esta foi uma primeira tentativa de aproximação do tema da sexualidade feminina com a produção do italiano Antonio Gramsci, uma vez que este se debruçou sobre a questão sexual para entender o desenvolvimento do Fordismo, sem que tivesse as mulheres como principal objeto de análise.

Sem que possa falar de afirmativas conclusivas, esperamos ter contribuído para o debate. Ao qual consideramos como ponto fundamental despir-se de toda concepção maniqueísta, que entenda as mulheres como vítimas ou algozes.

Por meio destas vozes, buscamos demonstrar como percebem suas trajetórias, enquanto mulheres inseridas no contexto do capitalismo.

Referências

ALMEIDA, Jorge . Discutindo a relação entre mídia e a Sociedade Civil em Gramsci. In: **III Congresso da Compólitica** - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2009, São Paulo. Anais do III Compólitica, 2009.

ALMEIDA, Miguel Vale. Antropologia e sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: SOARES, Lígia F. e VAZ, Júlio M. Coimbra. **Quarteto**, vol. II, 2003 pp. 53-72 . Disponível em; < <http://site.miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/antropologia-e-sexualidade.pdf> > Acesso em: 9 mai. 2010

ANYON, Jean. **Interseções de gênero e classe**: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. Cad. Pesq., São Paulo (73): 13-25, mai 1990.

CAVALCANTI, V. R. S. (Org.) ; PETRINI, João Carlos (Org.) . **Família, Sociedade e Subjetividades**: Uma perspectiva interdisciplinar. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 1.
ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Escala. 2009.

PFEIFER, Mariana . "Americanismo e fordismo" de Gramsci: a adaptação do trabalhador as necessidades de indústria. Divers@! - **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 1, p. 17-24, 2008.

RIBEIRO, Moneda Oliveira . A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 358-363, 1999.

VIEIRA, C. E. . Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa** (USP), Universidade de São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-66, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Fontes

Católicas pelo Direito de Decidir

Disponível em: < <http://catolicasonline.org.br>>

Mulheres rebeldes

Disponível em: < <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/>>

Marcha Mundial de las Mujeres

Disponível em: < <http://sof.org.br/marcha/>>

Liga Estratégia Revolucionária

Disponível em: < <http://www.ler-qi.org/>>

Leilão de Virgens

Disponível em: < <http://ainanas.com/must-see/estudante-de-22-anos-leilao-virgindade/>>

